



**ATA NÚMERO 196/XII/3.<sup>a</sup> SL**

**3.junho.2014 – 15h00**

Aos 3 dias do mês de junho de 2014, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 5, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

**2. Aprovação de ata**

**3. Comunicações do Presidente**

**4. Petição n.º 392/XII/3<sup>a</sup> – Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade.**

- **Audição dos peticionários**
- **Deputado Relator: Acácio Pinto - PS**

**5. Projeto de Lei n.º 606/XII/3.<sup>a</sup> (PCP) – Cria o Museu Nacional da Indústria Naval**

- **Apresentação pelo autor da iniciativa**
- **Deputado autor do parecer: PSD**

**6. Projeto Resolução n.º 1055 (BE) – Classificação e Proteção da Quinta dos Ingleses**

- **Discussão**

**7. Proposta de DECISÃO do Conselho relativa à renovação do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a Comunidade Europeia e a Ucrânia [COM(2013)298].**

- **Apreciação liminar**
- **Autor do parecer - PCP**
- **Apresentação do parecer na reunião de 24 de junho.**

**8. Outros assuntos**

**9. Data da próxima reunião**

**Dia 11 de junho de 2014 - 10h00**

---

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

A Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da Deputada do PEV.

## 2. Aprovação de ata

A ata n.º 195, da reunião de 27 de maio, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da Deputada do PEV.

## 3. Comunicações do Presidente

3.1. O Presidente da Comissão informou que baixou à Comissão, em 28 de maio, o Projeto de Resolução n.º 1047/XII (PS), *Recomenda ao Governo a promoção de um conjunto de medidas em prol da sustentabilidade do Sistema Científico e Tecnológico Nacional* e que o PS solicitou a sua discussão no Plenário, pelo que iria ser feita a respetiva comunicação à Presidente da Assembleia da República, para agendamento.

3.1. Lembrou depois que o Projeto de Resolução n.º 949/XII (BE), *Recomenda uma auditoria ao Fundo de Investimento para o Cinema e Audiovisual* tinha sido apresentado na Comissão e havendo informação de que o Governo já tinha pedido uma auditoria ao Tribunal de Contas, se tinha deliberado pedir o ponto de situação aos Secretários de Estado da Cultura e da Inovação, Investimento e Competitividade.

Nessa sequência, o Secretário de Estado da Cultura juntou cópia dum ofício do Diretor Geral do Tribunal de Contas em que, em resposta a um pedido de auditoria ao Fundo em causa, se refere que “por indicação do Exmo. Senhor Juiz Conselheiro da área, pode eventualmente vir a ser incluída uma ação de controlo no Plano de Fiscalização do Tribunal de Contas”.

Em face do exposto, o Presidente da Comissão perguntou qual a sequência a dar ao Projeto de Resolução, nomeadamente se o BE o retira ou se pretende a sua votação no Plenário, tendo o Deputado Luís Fazenda (BE) solicitado que o mesmo se mantenha pendente, aguardando-se a eventual auditoria a realizar pelo Tribunal de Contas. Não se verificaram outras intervenções.

3.2. O Presidente informou que o Ministro da Cultura da República Islâmica do Irão virá a Portugal nos dias 18 e 19 de junho e foi solicitada a vinda à Assembleia da República, tendo-se proposto que a mesma tivesse lugar no dia 18, às 10h, pelo que propôs que a Comissão reúna para esse efeito.

O Deputado Michael Seufert (CDS-PP) propôs que a reunião se realize conjuntamente com a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas. Por último, o Presidente indicou que vai ser marcada a reunião e será dado conhecimento à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, para os respetivos Deputados, querendo, estarem presentes.

3.3. Por fim, lembrou que a Comissão recebeu um convite da Comissão de Assuntos Europeus para a Audição Pública sobre o *Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2014*, já distribuído aos Deputados, que se realizará no dia 18 de junho de 2014, às 09h45, na Sala do Senado.

## 4. Petição n.º 392/XII/3ª – Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade.

Os peticionários estavam representados pelos Professores Francisco Manuel de Almeida, Carla Tomaz Marques, Maria da Graça Sousa Pereira da Silva e Maria Filomena Matos Pires.

Referiram, em primeiro lugar, que as questões colocadas na petição se verificam por todo o país e são comuns com petições em curso noutros distritos, mas que iriam fixar-se nas que

tenham mais relevância no distrito de Viseu. Constatando a diminuição do número de alunos, resultante da baixa de natalidade, realçaram, no entanto, que os mesmos só faltam nas escolas públicas e que, em contrapartida, nas escolas privadas e profissionais, não diminuem.

Indicaram que o Ministério da Educação e Ciência, nas chamadas reuniões de rede, atribui um número de turmas às escolas públicas que não permite absorver todos os alunos e acrescentaram que os alunos que frequentam os dois colégios privados de Viseu (da Via Sacra e Piaget) cabiam em 3 escolas públicas da cidade (Viriato, Azeredo Perdigão e Emídio Navarro). Complementaram que em relação a Resende, há mais de uma década que os alunos do colégio cabiam nas escolas públicas do concelho.

Discordaram da opção política, que consideraram imoral, de o Estado transferir financiamento para os colégios da Via Sacra e Piaget e haver 11 professores da escola pública com horário zero, indicando ainda que este número vai aumentar este ano, concluindo que o Estado paga duas vezes o serviço de educação.

Reiteraram que as escolas públicas têm capacidade para abarcar todos os alunos e que nas reuniões de rede, geralmente em maio, são distribuídas 9 turmas ao Colégio Via Sacra e 9 ou 10 ao Piaget e as escolas públicas ficam com menos turmas, apenas com os alunos que sobram, defendendo que está em causa uma má gestão dos dinheiros públicos.

Informaram que sendo públicos os financiamentos feitos às escolas privadas, se verifica que só num semestre de 2012 foram transferidos para o colégio de Resende 1.075.000€ e no ano de 2011-2012 foram transferidos para os 2 colégios de Viseu mais de 4.000.000€.

Fizeram ainda referência a operações de propaganda e divulgação das escolas profissionais privadas, com oferta de viagens, portáteis e *tablets* a alunos que se matriculem nas mesmas, informando que uma escola pública questionou os serviços competentes do POPH sobre se também podia fazer isso, tendo-lhe sido dito que não.

Informaram ainda que a Escola Profissional de Torredeita foi financiada em relação a meias turmas, tendo sido negada a constituição de novas turmas na escola pública quando não estivessem completas.

Por último, concluíram que o objetivo da petição é levar os deputados a intervirem para se pôr fim ao desgoverno da gestão dos dinheiros públicos.

Interveio depois o Deputado Pedro Alves (PSD), defendendo que a liberdade de escolha é um princípio fundamental, que não alimentam o preconceito entre o público e o privado e que o acesso deve ser livre, havendo uma rede pública de ensino e não uma rede de escolas públicas e cada um escolhe a oferta que pretende. Referiu ainda a existência de contradições entre alguns considerandos da petição, nomeadamente em relação aos equipamentos escolares públicos.

Salientou depois que só se pode por em causa a legalidade das situações quando se têm provas. Informou ainda que no presente triénio houve redução de transferência de verbas para o ensino privado em 200.000.000€ e cerca de 200 turmas.

O Deputado Acácio Pinto (PS), relator da petição, defendeu que o financiamento da escola pública é deficitário, verificando-se uma redução das verbas respeitantes às turmas e em contrapartida o atual Governo aumentou o financiamento ao ensino privado do valor por turma. Salientou que o cheque-ensino e outras soluções não contribuem para a melhoria da escola

pública. Realçou que as turmas contratualizadas devem estar sempre em avaliação, sendo que envolvem dinheiros públicos e que tiveram origem num momento de falta de resposta da escola pública, que hoje já não se verifica. Por último, mencionou a necessidade de requalificação de algumas escolas públicas do distrito e defendeu que a questão do fecho das escolas do 1.º e 2.º ciclo deve ser avaliada por toda a comunidade educativa, incluindo as autarquias locais, encarregados de educação e escolas.

O Deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu que entendem que a rede de estabelecimentos públicos pode ser estatal ou não e o número de turmas com contratos de associação e as transferências públicas para os mesmos têm estado a diminuir desde 2010. Mencionou que o Ministro da Educação e Ciência tem informado que não prevê o cheque-ensino e indicou que a recente alteração do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo prevê a responsabilização civil e criminal dos responsáveis das escolas privadas, não cabendo à Assembleia da República instruir os respetivos processos, mas antes aos tribunais e restantes entidades competentes. Salientou ainda que muitas escolas privadas existiam antes de haver escolas públicas no local e as famílias devem ter liberdade de escolha da escola.

O Deputado Miguel Tiago (PCP) evidenciou a importância dos alertas feitos pelos peticionários e informou que o PCP tem vindo a denunciar a política seguida. Referiu que na previsão da Constituição da República Portuguesa, o ensino particular e cooperativo é supletivo e a Lei de Bases do Sistema Educativo estabelece que o Estado pode suprir deficiências da rede pública com escolas privadas. Realçou que a situação referida na petição é igual noutros distritos, nomeadamente em Leiria, defendendo que os dinheiros públicos devem ser colocados na escola pública e as escolas privadas devem funcionar com verbas privadas, sujeitas às regras de mercado.

O Deputado Luís Fazenda (BE) realçou que o ensino privado, a nível nacional, está a ser financiado com o erário público, advindo do contribuinte. Manifestou discordância das políticas do Governo e defendeu que a situação de ensino privado supletivo em determinadas zonas, por inexistência das escolas públicas, já não se justifica na atualidade.

Após as intervenções dos Deputados, pronunciaram-se novamente os peticionários, alertando que a situação nos distritos de Coimbra, Leiria e Aveiro ainda é mais grave do que em Viseu. Concordaram que tinham uma diferença política e ideológica em relação ao PSD, mas realçaram que aquilo que estavam a questionar era a gestão dos dinheiros públicos.

Informaram que apresentaram já uma queixa na Procuradoria-Geral da República sobre situações que consideram ilegais. Denunciaram ainda uma situação em que um ex-Diretor Regional passou a Diretor numa escola profissional a quem aprovou financiamentos meses antes.

Reiteraram a discordância pela distribuição das turmas primeiro às escolas privadas e só depois às escolas públicas e informaram que vão continuar a denúncia e o combate na cidade de Viseu, com todos os agentes educativos. Indicaram ainda que propõem que sejam ouvidas sobre a petição a ANDE – Associação Nacional de Dirigentes Escolares e a FRAPV – Federação Regional das Associações de Pais de Viseu, referindo que há muitos apoiantes das posições defendidas na petição, independentemente das suas posições políticas e ideológicas.

A gravação da reunião está disponível na [página da Comissão na internet](#).

O Presidente comunicou que a Deputada Rita Rato (PCP), que estava ausente, tinha solicitado que a apresentação do Projeto de Lei fosse feita apenas no dia 17 de junho e que nessa sequência, para se respeitar o prazo regimental, o parecer da iniciativa, de que será autora a Deputada Maria da Conceição Pereira (PSD), devia ser apreciado na mesma reunião, tendo havido acordo.

#### **6. Projeto Resolução n.º 1055 (BE) – Classificação e Proteção da Quinta dos Ingleses**

A Deputada Catarina Martins (BE) apresentou o Projeto de Resolução, tendo-se registado de seguida as intervenções dos Deputados Ana Sofia Bettencourt (PSD), Michael Seufert (CDS-PP) e Miguel Tiago (PCP). A informação do debate está disponível no [Projeto de Resolução n.º 1055/XII \(GP/BE\)](#).

#### **7. Proposta de DECISÃO do Conselho relativa à renovação do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a Comunidade Europeia e a Ucrânia [COM(2013)298].**

Na ausência da Deputada Rita Rato (PCP), em representação do PCP, a quem tinha sido distribuída a iniciativa, foi prestada informação de que a mesma tinha comunicado a proposta de não se escrutinar a iniciativa, por não haver lugar à apreciação do princípio da subsidiariedade. Registou-se acordo em relação ao não escrutínio.

#### **8. Outros assuntos**

Não se registaram outros assuntos.

#### **9. Data da próxima reunião**

**Dia 11 de junho de 2014 - 10h00**

A reunião foi encerrada às 16:25 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 3 de junho de 2014

**O PRESIDENTE**

**(Abel Baptista)**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista  
Acácio Pinto  
Amadeu Soares Albergaria  
Carlos Enes  
Elza Pais  
Heloísa Apolónia  
Isidro Araújo  
Isilda Aguincha  
Luís Fazenda  
Margarida Almeida  
Maria Conceição Pereira  
Michael Seufert  
Nilza de Sena  
Odete João  
Paulo Cavaleiro  
Pedro Pimpão  
Rui Pedro Duarte  
Agostinho Santa  
Catarina Martins  
Laurentino Dias  
Maria Ester Vargas  
Maria Gabriela Canavilhas  
Rosa Arezes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Maria José Castelo Branco  
Pedro Delgado Alves  
Rita Rato

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Marques  
Inês de Medeiros  
Maria da Conceição Caldeira